

ARTÍCULO ORIGINAL

Identidade nacional, controle fronteiriço e migrações transnacionais: estudos comparados no Brasil, Colômbia e Estados Unidos

Identidad nacional, control fronterizo y migraciones transnacionales: estudios comparados en Brasil, Colombia y Estados Unidos

Roberto Rodolfo Georg Uebel¹, Natascha Elizal de Prola Ramos², Henrique Berbigier Omegna de Souza²

Resumo: Este artigo tem como propósito analisar a questão das migrações transnacionais no âmbito de três países americanos, Brasil, Colômbia e Estados Unidos da América, a partir de duas questões dimensionais: 1) Qual é autonomia dos Estados em relação ao nível de controles fronteiriços e de identidade nacional? 2) De que forma o controle de fronteiras de cada país é necessário para manter a segurança interna, tanto econômica quanto social? Nesse sentido, um fluxo migratório específico foi dedicado a cada um dos três países em tela: os haitianos no Brasil, os venezuelanos na Colômbia e os mexicanos nos Estados Unidos da América. Questões de controle fronteiriço e identidade nacional foram igualmente levantadas a fim de compreender as repercussões de tais fenômenos migratórios nos países de acolhimento.

Palavras-chave: migrações, fronteiras, Brasil, Colômbia, Estados Unidos.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el tema de la migración transnacional en el ámbito de tres países de América, Brasil, Colombia y los Estados Unidos de América, con base en cuestiones bidimensionales: 1) ¿Cuál es la autonomía de los Estados en relación al nivel de controles fronterizos e identidad nacional? 2) ¿Cómo es necesario el control fronterizo en cada país para mantener la seguridad interna, tanto económica como social? En este sentido, se dedicó a analizar un flujo migratorio específico a cada uno de los tres países en cuestión: haitianos en Brasil, venezolanos en Colombia y mexicanos en los Estados Unidos de América. También se

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

2 UniRitter, Brasil.

Email: roberto.uebel@espm.br

Recibido: 23/7/2020. Aceptado: 30/11/2020.

doi: 10.28917/ism.2020-v4-119



plantearon cuestiones de control fronterizo e identidad nacional para comprender las repercusiones de estos fenómenos migratorios en los países de acogida.

Palabras clave: migraciones, fronteras, Brasil, Colombia, Estados Unidos.

I. Introdução

A intensificação dos fluxos migratórios das últimas décadas provoca constantemente uma reflexão significativa acerca dos fatores que podem influenciar no estado de segurança nacional do país de destino. No contexto atual, há uma importante contribuição neste campo de estudo que reflete nas implicações advindas dos movimentos migratórios, pelas quais, as regiões com melhores indicadores de bem-estar e oportunidades de trabalho tornaram-se receptores deste fluxo. Em síntese, oportunidades geradas pela globalização – pode-se citar o avanço das comunicações e transportes –, inevitavelmente significarão um aumento da quantidade de migrantes.

Sabe-se que em termos de segurança nacional estes movimentos recebem frequentemente uma interpretação negativa, pois agrega-se à ideia que sua permanência no local de destino é para “competir por empregos”, gerando consequentemente dificuldades no que se refere, por exemplo, à sua inclusão na sociedade. Da mesma forma, também se verifica episódios em que estão sujeitos a atuarem profissionalmente em posições que não correspondem com a qualificação obtida no país de origem.

Conforme exposto, atualmente as migrações transnacionais são vistas como uma ameaça à soberania dos Estados e à liberdade da sociedade. Esta crescente associação das migrações às ameaças

transnacionais—terrorismo, criminalidade organizada, etc. –, é concebida perante o receio à ideia de “mudança de referência identitária” por parte das sociedades de acolhimento. Tem-se, portanto, como objeto de análise, o questionamento da autonomia dos Estados em relação ao nível de controles fronteiriços e de identidade nacional, bem como, de que forma o controle de fronteiras de cada país é necessário para manter a segurança interna, tanto econômica quanto social.

Destarte, analisaremos três casos específicos de nações do continente americano, Brasil, Colômbia e Estados Unidos, e que são relacionados igualmente por três peculiares fluxos das chamadas “novas migrações”, a saber: os haitianos no Brasil, os venezuelanos na Colômbia e as novas gerações de mexicanos nos Estados Unidos. Cada uma das próximas três seções se debruçará sobre um dos casos, respectivamente, e na última seção, das considerações finais, faremos um breve arrazoado sobre os resultados encontrados, bem como das perspectivas migratórias e políticas nos países estudados.

À luz das novas migrações e das discussões políticas e acadêmicas que emergem com tais fluxos, este artigo tem como objetivo, portanto, apontar caminhos para o esclarecimento acerca dos *issues* migratórios, notadamente nos casos de controle fronteiriço, segurança

e identidade nacional, temas estes que estão entrelaçados tanto sob uma ótica dos estudos migratórios, como sob uma perspectiva dos Estudos Estratégicos Internacionais, isto é, um tema de alta relevância às Relações Internacionais contemporâneas.

2. Brasil: haitianos, fronteiras controladas e xenofobias

Nesta primeira seção analisaremos um dos principais fluxos imigratórios registrados no Brasil no período de 2010 a 2016, quando dispomos das estatísticas mais atualizadas. A imigração haitiana para o país, que neste período chegou à marca de 50 mil indivíduos, capitaneou a chamada era do “*Brazilian dream*” (Uebel & Abaide, 2017) ou do “Eldorado brasileiro” (Silva & Assis, 2016), composta também por imigrantes de novas nacionalidades, oriundos do Caribe e América Andina, África e Ásia, principalmente, em detrimento das imigrações tradicionais da Europa Ocidental e do Cone Sul.

A escolha por este fluxo específico para o Brasil, que para alguns autores é partícipe da diáspora haitiana (Handerson, 2015) – o que discordamos, já que se trata de uma especificidade migratória contemporânea, ocasionada por fatores alheios à diáspora clássica –, se deve pela amplitude que o fenômeno tivera nos meios acadêmicos, midiáticos e na própria sociedade civil. Ademais, a sua relação com as fronteiras brasileiras também demanda um aprofundamento analítico e debate científico, ao passo que, pela primeira vez na história geográfica brasileira, as fronteiras

terrestres tiveram um papel fundamental na gestão migratória, semelhante aos casos dos Estados Unidos e Colômbia, que veremos nas próximas seções.

A imigração haitiana para o Brasil era praticamente inexistente até o ano de 2010, segundo os dados levantados pelos estudos de Uebel e Rückert (2017), Baeninger (2016) e demais pesquisadores do tema. O fluxo iniciou-se após a ocorrência do terremoto de 12 de janeiro de 2010, que destruiu o país, matou mais de 300 mil pessoas e desabrigou 1,5 milhão de famílias, uma das maiores tragédias naturais da história moderna.

Entretanto, a semente que propiciou a migração direcionada para o Brasil já estava plantada em solo haitiano desde 2004, quando da instalação da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que foi comandada pelas forças armadas brasileiras e resultado da recente “política externa ativa e altiva” do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Amorim, 2015).

Deste modo, as forças de paz brasileiras já estavam há seis anos no Haiti quando ocorrera o terremoto, época também em que se ensaiava e vislumbrava a re-estabilização – entre muitas tentativas – democrática, institucional e econômica daquele país caribenho. Contudo, com a consecução do fatídico evento geológico, a ordem estava novamente desfeita e literalmente enterrada, se observarmos as imagens da destruição dos palácios, ministérios e escritórios governamentais. A ajuda humanitária tardou dias para chegar ao Haiti, pois até a pista do Aeroporto Internacional de Porto Príncipe não ficara imune à destruição generalizada.

Ocorrido o fenômeno de *point of no return* das migrações, isto é, quando os potenciais emigrantes tomam a decisão de migrar, motivado pelos inúmeros fatores, combinados desde a guerra civil pré-2004 com o terremoto de 2010, os primeiros haitianos chegaram no território brasileiro ainda no final de 2010, apesar de que os primeiros relatos midiáticos sejam de janeiro e fevereiro de 2011, talvez pelo foco exclusivo da imprensa brasileira na eleição de Dilma Rousseff.

Antes de tratarmos brevemente sobre as rotas destes imigrantes, salientamos o papel de propagandização do Brasil feito pelas suas forças armadas na MINUSTAH, bem como pelas organizações não-governamentais, pastorais religiosas e acordos de cooperação técnica prévios, que tinham forte atuação no Haiti. Esta propaganda, ainda que não intencional, mas dentro de um escopo de inserção estratégica brasileira na América Latina e Caribe, foi o fator subjetivo principal que elevou o Brasil a destino primário dos potenciais emigrantes haitianos.

Os Estados Unidos eram restritivos à imigração em geral e estavam em processo de reforma migratória, o Canadá era uma alternativa, contudo, suas regras pelo sistema de pontos impunham longos prazos e ansiedade para famílias que haviam perdido, da noite para o dia, seus empregos – não a vaga em si, mas o local do emprego –, a França era longínqua e cara, apesar da proximidade colonial e linguística, e a vizinha República Dominicana não apresentava qualquer perspectiva. Sobrava o Brasil, terra daqueles que trouxeram esperança,

estabilidade e segurança para o Haiti.

Nesse sentido, a primeira geração de imigrantes haitianos percorreu uma trajetória até então insólita, conforme resgatamos aqui por meio do mapa elaborado por Uebel (2015), onde observamos rotas diversas que levaram a um fluxo geral e que ressignificaram as fronteiras terrestres do Norte do Brasil (Figura 1). Pela primeira vez na história do país, as imigrações se deram nas fronteiras terrestres, em detrimento dos tradicionais ingressos via portos e aeroportos.

Novamente, da noite para o dia, os postos de controle fronteiriço e migratório no Acre e Amazonas passaram a receber, diariamente, milhares de imigrantes haitianos, sem vistos, alguns sem passaporte, com suas economias e esperanças em suas poucas bagagens. Foi o primeiro teste para a autonomia do Estado brasileiro quanto à manutenção de sua segurança econômica e social.

Partindo do princípio não-escrito de contrariedade às deportações e expulsões de estrangeiros, embora ainda amparado sob o Estatuto do Estrangeiro, cuja vigência terminou apenas em novembro de 2017, a opção estatal, dentre a urgência humanitária, a pressão social e midiática e os apelos do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, foi a concessão do visto humanitário, uma alternativa legal, no limbo entre a concessão do refúgio comum e a imigração laboral autorizada.

A partir daí, os postos da Polícia Federal em Brasília e Rio Branco, principalmente, ambas no estado do Acre, serviram de representação física da estrutura do Estado brasileiro,



Figura 1. Rotas dos imigrantes haitianos com destino ao Brasil entre 2010 e 2014.

Elaboração: Uebel (2015).

garantidores da soberania nacional, auxiliares da segurança interna e protetores dos haitianos, imigrantes com características de refugiados e expressões de brasileiros.

Embora exista até hoje no senso comum brasileiro, alimentada por sentimentos patrióticos e

ultraconservadores, a ideia de que as fronteiras do Brasil sejam “abertas”, inúmeros estudos como os de Carneiro Filho (2016) e Machado (2000), apontam que, apesar das grandes áreas cobertas por rios e florestas e escassez de recursos orçamentários à Polícia Federal, Receita Federal e Exército, as

fronteiras brasileiras são constantemente monitoradas e protegidas pelo Estado, no máximo porosas, como definido por Machado (2000).

Nesse sentido, verificamos que a autonomia do Estado brasileiro no que se refere ao controle fronteiriço é incontestável, o que se refletirá imediatamente neste caso da imigração haitiana, com o deslocamento em poucos dias de centenas de policiais federais e agentes dos ministérios de Saúde, Direitos Humanos, Relações Exteriores e demais órgãos federais para o Acre, como resposta à inesperada demanda do *boom* migratório haitiano, logo seguido pelos fluxos de dominicanos, senegaleses e ganeses.

Se a autonomia deste Estado pode ser contestada, é no caso do nível da identidade nacional, segundo item da pergunta norteadora deste artigo. Contudo, sua contestação advém de duas frentes: a xenofobia governamental e a xenofobia contestatária. Observaremos as duas em outros casos, inclusive nos Estados Unidos desde Clinton até Trump, e na Colômbia antichavista.

Neste caso em tela, a xenofobia governamental possui traços subjetivos, que ficam claros quando fazemos estes questionamentos: por que o Estado brasileiro não concedeu o *status* de refugiado aos haitianos? Por que houve uma briga federativa em relação à responsabilidade de concessão de abrigo e habitação aos imigrantes haitianos, nomeadamente entre Acre, Rondônia, São Paulo e Rio Grande do Sul? Poderíamos elencar outros questionamentos, contudo, destacamos que a tomada de decisões e a opção de medidas mais burocráticas em detrimento

de outras mais humanitárias, são reflexo da xenofobia governamental, embora negada por todos os agentes estatais. Ela, conforme aponta Ventura, é subjetiva, enraizada e, muitas vezes, de acordo com o nosso entendimento, não-proposital, mas sim, parte de um *momentum* político ou de uma práxis administrativa.

A xenofobia mais grave, que identificamos como uma das principais fragilidades na autonomia do Estado brasileiro, é a contestatária, que se expressa por discursos ofensivos a pessoas de certas nacionalidades e por toda sorte de discriminação explícita baseada em estereótipos. Esta xenofobia foi verificada em todas as camadas da sociedade brasileira em relação aos haitianos, e potencializada pela abordagem sensacionalista midiática, que inclusive se utilizou do argumento da “fragilidade fronteiriça” para denunciar a chegada diária de haitianos no Brasil.

Não é objetivo deste artigo se aprofundar nas causas do sentimento xenofóbico entre os brasileiros, mas o destacamos como principal ponto de fragilidade estatal. Quando observamos os registros de violência física, verbal e moral contra haitianos, desde as pequenas cidades no interior de Santa Catarina até o discurso de vereadores e prefeitos na Serra Gaúcha, e na briga entre governadores do Acre e São Paulo sobre quem realizaria o transporte daqueles “invasores” (The New York Times, 2012), atentamos para a falência do Estado em sua autonomia e contenção dos sentimentos anti-imigração, justamente em um país construído por imigrantes.

Vimos nesta seção que o Estado brasileiro se apresenta de múltiplas

formas e faces em relação à imigração haitiana: possui a autonomia no controle migratório e fronteiriço; teve atuação policial e política ativa na reconstrução do Haiti, e um caráter de propaganda para atrair apoio internacional; registra elementos de xenofobia governamental, ainda que subjetiva e não-proposital; e é ineficiente quanto ao combate e estancamento da xenofobia contestatária, ou seja, ora é permissivo, ora é conivente, ora é restritivo para com os projetos de construção da identidade nacional.

Chamamos, portanto, esta autonomia do Estado brasileiro de uma “autonomia co-orientada”, que no âmbito das migrações possui papeis claros quanto à inserção estratégica do país e controle fronteiriço mas, no âmbito de inserção dos imigrantes haitianos e de orientação da sociedade receptora, é limitada e ineficiente. É orientada de acordo com o *momentum*¹ social, econômico e político do país.

3. O fluxo migratório venezuelano e a Colômbia

A presente seção objetiva apresentar aspectos introdutórios e pontuais referentes ao atual alto crescimento

do fluxo migratório venezuelano na América Latina, especificamente em relação à Colômbia, país que compartilha fronteiras com a Venezuela, Estado vizinho. No que tange o fluxo migratório abordado, este trabalho almejará analisar principalmente os aspectos de segurança nacional e internacional consequentes da atual crise, assim como as relações bilaterais entre os países supracitados e suas particularidades inerentes, embora a Colômbia seja o foco principal desse estudo, sendo o principal ponto de destino do fluxo mencionado acima na América do Sul (Organización Internacional para las Migraciones, OIM, 2017).

Dito isso, consideramos necessário esclarecer que o presente trabalho busca realizar tal análise de maneira imparcial (à medida do possível) diante da atualidade do quadro analisado, o qual continuamente apresenta novos desdobramentos e atualizações enquanto o presente texto é redigido.

Primeiramente, antes que possamos passar para a análise do caso colombiano é necessário falar sobre a Venezuela. O país possuiu por décadas a característica de ser um ponto de destino para imigrantes de diversas origens, tanto oriundos dos países vizinhos quanto de países alheios ao continente sul-americano, recebendo um crescente número de imigrantes a partir da década de 1950, número esse que pode ser justificado com base no crescimento econômico venezuelano derivado da exploração de petróleo dentro do país (Pizarro & Rivera, 2016). Apesar disso, o país apresentou um aumento em seus índices de emigração já a partir dos anos 1980, embora não nas mesmas proporções hodiernas.

1 A partir de 2018 este cenário mudaria com o *boom* da imigração venezuelana e com a eleição de Jair Bolsonaro, que além de retirar o Brasil do Pacto Global das Migrações, passou a adotar um discurso governamental anti-imigração, antiglobalização e anti-integração. Estas questões serão analisadas em publicações futuras, mas já indicam o processo de positivação dos sentimentos xenofóbicos na sociedade brasileira e nas instituições do país.

Entretanto, a partir de 2001 a Venezuela conseguiu voltar a aumentar o número de imigrantes que chegavam ao país, aumentando em 14% o número de imigrantes em território venezuelano até o ano de 2011.

Passando para dados mais atuais, em 2015, limitando-se apenas à América do Sul, havia quase 85 mil (84.777, especificamente) venezuelanos no exterior. Em 2017 esse número passou para mais de 629 mil e continua a crescer. A maior parte desse número, conforme já exposto, se encontra na Colômbia, onde houve um grande aumento de imigrantes venezuelanos, de aproximadamente 46 mil em 2015 para 470 mil ao final de 2017, já apresentando um crescimento no número de entrada de cidadãos venezuelanos para a Colômbia de 357% em 2016.

É fato que a Colômbia observou um conflito interno por décadas, em uma contínua guerra civil entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e devido a esse conflito diversos cidadãos colombianos optaram ou foram obrigados a se deslocar para além de sua fronteira nacional, abrigando-se em diversos outros países, um dos quais foi a Venezuela, que abrigou milhões de colombianos que fugiram tanto da guerra civil quanto do terror dos narcotraficantes (Brodzinsky et al., 2017).

Atualmente esse quadro se reverteu, com a Colômbia passando a ser o destino ao invés de a origem de um fluxo migratório, o que não passou despercebido aos autores desse artigo, assim como o fato de que ambos os países aqui citados já se encontraram em

lados opostos em vários tópicos de suas relações exteriores, sendo a Colômbia um dos maiores aliados dos EUA na região, enquanto a Venezuela constantemente critica e se opõe a esse país. Ademais, os países recentemente passaram por um processo de normalização em suas relações (Wilpert, 2011), o que nos leva a crer que a atual questão migratória pode ser um dos maiores desafios enfrentados por ambos desde o retorno das relações diplomáticas.

Dito isso, passemos para as razões do exponencial aumento de migrantes venezuelanos. Não precisamos ir muito longe para encontrar as principais e mais evidentes razões dessa recente e crescente diáspora: a Venezuela enfrenta uma enorme e duradoura crise econômica, possui a maior inflação do mundo, está com um problema crônico de abastecimento, não podendo suprir as necessidades de sua população e passa por um período de enorme instabilidade política referente à situação do governo de Nicolás Maduro (BBC, 2017), em um cenário de constantes protestos que já resultam em mais de 120 mortos desde abril do ano passado (Sanchez, 2018). Diante de todos esses motivos apresentados, e se considerarmos outros, como a taxa de desemprego, que ameaça chegar aos 29,7% em 2018 (Meneghetti, 2018), e a violência – Caracas foi considerada a cidade mais violenta do mundo em 2016, segundo Barbosa (2016) –, podemos começar a compreender as razões que levam os venezuelanos a buscarem refúgio no exterior.

Agora no que tange a relação dos fatos aqui mencionados com a questão da segurança internacional, devemos nos

ater a dois fatores bastante relevantes: o processo de paz empreendido pelo governo colombiano em relação ao seu conflito interno e o fechamento das travessias fronteiriças da Venezuela para a Colômbia por ordem de Nicolás Maduro.

A começar pelo processo de paz, o qual, embora empreendido conjuntamente pelo governo e pelas FARC desde 2015, ainda não está consolidado. A Colômbia ainda enfrenta grupos dissidentes e revolucionários internos que perpetuam ataques contra o governo mesmo durante os diálogos de paz, como o Exército de Liberação Nacional (ELN). O governo colombiano acredita que a cúpula do ELN se refugia na Venezuela e inclusive recruta cidadãos venezuelanos para aderirem à sua causa (Manetto, 2018), se a suspeita do governo colombiano for confirmada isso poderia levar à ascensão de temores referentes à capacidade do ELN de atrair os migrantes para sua causa, uma probabilidade que não deve ser descartada diante do desemprego e da situação econômica caótica venezuelana, que poderiam levar alguns cidadãos dessa república ao extremo. Entretanto, não se deve ceder ao temor, a esmagadora maioria dos cidadãos venezuelanos que vão para a Colômbia o fazem para adquirir alimentos, medicamentos ou para procurar emprego, e esses muito provavelmente não adeririam a batalhas empregadas em nome de outra nação ou povo.

Independentemente do que foi exposto no parágrafo anterior, o governo colombiano precisa concluir os acordos de paz para possibilitar maior estabilidade

dentro de seu país, entretanto, a atual crise migratória que enfrenta lhe adiciona mais um motivo de preocupação, assim como o fato de ter um vizinho instável. Em agosto de 2015 o governo venezuelano decidiu fechar todas as fronteiras com a Colômbia—Figura 2—como uma tentativa de combater o contrabando de bens venezuelanos, pois os contrabandistas adquirem bens subsidiados e os vendem na Colômbia por preços bem maiores, obtendo enorme lucro.

Na realidade, as travessias já estavam sendo parcialmente fechadas desde 2014, quando o contrabando já era um problema para a Venezuela, que perdia 40% de seus bens subsidiados para essa atividade criminosa, levando o governo a estabelecer a presença de tropas fronteiriças para combater os contrabandistas.

A diferença entre os fechamentos de 2014 e os de 2015 foi que no ano anterior tanto a presença de tropas venezuelanas quanto o fechamento parcial das fronteiras havia sido acordado com o governo colombiano, enquanto em 2015 o governo colombiano alegou não ter sido consultado. Além disso, um ato importante precedeu o encerramento das travessias em 2015: contrabandistas haviam ferido três soldados e um civil venezuelano, fazendo com que o presidente venezuelano declarasse que a fronteira estava sendo infiltrada por grupos paramilitares colombianos.

Diante do ocorrido o governo venezuelano anunciou que tomaria medidas adicionais e deportou cerca de mil colombianos que se encontravam na Venezuela, fazendo com que outros 6 mil deixassem o país por medo de serem



Figura 2. Fechamento da fronteira entre a Colômbia e Venezuela em 2015.

Fonte: Japan Times, 2015.

os próximos, acarretando em tamanho desentendimento entre ambos os países que fez com que ambos os governos retirassem seus embaixadores do país vizinho.

Apesar de todos os acontecimentos, ambos os governos chegaram a um entendimento no ano seguinte, em 2016, e as fronteiras foram reabertas, fazendo com que os cidadãos venezuelanos se deslocassem para o país vizinho buscando comprar comida ou receberem atendimento nos hospitais colombianos. Apesar de terem chegado a um lugar comum em relação às suas fronteiras, ambos os países ainda enfrentam a questão do contrabando, sendo que a violência nas áreas fronteiriças aumentou em dez vezes desde o fechamento das fronteiras, com relatos de tiroteios entre gangues colombianas e venezuelanas

lutando pelo controle do contrabando interfronteiriço, fazendo com que a Colômbia precisasse reforçar o policiamento nessas áreas (Rampietti, 2018).

Evidentemente, a violência acaba por atrapalhar a passagem dos cidadãos venezuelanos à medida que aumenta a instabilidade na região, ameaça o comércio local e representa uma ameaça à vida dos migrantes que precisam atravessar a fronteira para obter bens básicos ou tratamento médico. A Colômbia tem buscado maneiras de prestar auxílio aos migrantes, emitindo permissões para os cidadãos do país vizinho através do Cartão de Mobilidade Fronteiriça (Tarjeta de Movilidad Fronteriza, ou TMF), fazendo com que eles pudessem entrar na Colômbia, assim como retornarem à Venezuela em um

tipo de migração pendular (OIM, 2017).

Apesar disso, recentemente o governo colombiano voltou atrás e suspendeu a emissão de mais cartões, reforçando o controle fronteiriço (Deutsche Welle Brasil, 2018). Alguns dias antes, em 31 de janeiro desse ano (2018), a ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Angela Holguín, informou que o governo estava preparando um plano para lidar com o fluxo de venezuelanos para dentro da Colômbia, e que isso incluiria fazer com que aqueles que estivessem irregulares no país teriam que retornar para a Venezuela, dentre outras medidas, como combater o comércio informal. O governo colombiano encara a situação atual como uma crise migratória, justificando-se através dos poucos números de solicitações de refúgio.

Conforme exposto anteriormente, a Colômbia está mais habituada com a sua própria situação migratória, decorrente dos problemas enfrentados pelo país há tempos, do que com o recebimento de imigrantes oriundos de outros países. Isso cria um paradoxo em que a Colômbia clama por melhores condições de vidas para seus cidadãos no exterior, mas dificulta a entrada de cidadãos estrangeiros em seu país (Smitmans et al., 2010).

Por fim, podemos evidenciar a complexidade da questão, visto que apesar da relativa colaboração, o governo colombiano aguarda a queda de Nicolás Maduro para então prestar maiores auxílios ao país vizinho. Podemos concluir que enquanto perdurarem as razões supracitadas, levando os cidadãos da Venezuela a deixar o país, a instabilidade,

que é tanto causa quanto consequência da atual crise, continuará a existir, assim como o fluxo migratório venezuelano perdurará, mesmo que o governo colombiano não esteja preparado para lidar com tamanha demanda, e isso pode significar que outros países vizinhos poderão vir a se encontrar na mesma posição que a Colômbia está hoje em dia.

4. Estados Unidos da América: migrações mexicanas e a fronteira ideológico-cultural

A presente seção tem como escopo compreender o funcionamento da região fronteiriça México-Estados Unidos a fim de examinar as condições atuais desta fronteira e o sistema de controle e aparato institucional, com o desígnio de manter a soberania e vetar as atividades ilícitas – como o narcotráfico, o contrabando e o terrorismo –, no advento do fluxo migratório proveniente do México, pretendendo situar esse tema enquanto um constante desafio nas políticas legais e administrativas sobre imigração e dos movimentos discriminatórios existentes no atual governo norte-americano do então presidente Donald Trump.

Os debates sobre imigrações são corriqueiros e perpassam diversos momentos da história dos Estados Unidos. Desde as primeiras décadas do século XX, o estabelecimento da região fronteiriça entre México-Estados Unidos está delimitado por profundas assimetrias, sejam elas econômicas, sociais, culturais, políticas e linguísticas. No entanto, a fronteira sempre foi um local de intercâmbio de pessoas, bens e serviços; fazendo-se de suma importância analisar

os elementos da relação interestatal entre ambos os países que se compõem pela integração econômico-comercial, e das tensões e conflitos fronteiriços então oriundos da imigração mexicana.

Neste sentido, para os teóricos e estudiosos deste tema tal dualidade não é algo novo. Como bem analisam Durand (2000), Flores (2008) e Rincones (2004), que definem este fluxo migratório em seis fases, são eles: i) definição da fronteira, sem a locomobilidade de pessoas e/ou mercadorias (1848 – 1920); ii) fase das deportações (1920 – 1941); iii) “trabalhadores braçais” (1942 – 1964); iv) fase dos “ilegais” ou “indocumentados” (1965 – 1986); v) reforma imigratória conhecida como “Ata para a Reforma e Controle da Imigração” (1987 – 1994); vi) relações imigratórias caracterizadas pelas tensões e conflitos fronteiriços (1994 – até os dias atuais). Verifica-se, portanto, que a política de segurança dos Estados Unidos foi se reformulando e se tornando cada vez mais conturbada ao longo das décadas.

Hoje, a zona fronteiriça possui mais de 3.000 quilômetros de extensão desde o Oceano Pacífico até o Golfo do México, contando com 48 condados estadunidenses² e 94 municípios mexicanos³, sendo a maioria da população das cidades fronteiriças composta por hispânicos ou mexicanos-americanos, conforme ilustra a Figura 3.

Desta forma, o fluxo de mexicanos

para os Estados Unidos não é recente, todavia, se desenvolverá em muito com o decorrer do século. Sua origem remonta ao início do século XX, mais especificamente no ano de 1910, quando no México iniciava-se a Revolução Mexicana, acarretando na pobreza e à fome da população que, posteriormente, com o ingresso dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, propiciou “boas” oportunidades de trabalho a milhões de mexicanos que migraram à nação norte-americana, no intuito de suprir a escassez de mão de obra barata por jovens trabalhadores, provenientes do México⁴.

Ocorre que a postura do governo norte-americano em relação a essa corrente imigratória instituiu na criação

4 Um fato ilustrativo que se deu entre o período de 1942 a 1964 é o *Bracero Program*, que surgiu como uma série de acordos bilaterais entre o México e os Estados Unidos, que concedia vistos de trabalho para imigrantes mexicanos. Isto porque, argumentava-se que a Segunda Guerra Mundial traria a escassez da mão de obra a empregos agrícolas de baixa remuneração. Então, neste período foram assinados 4,6 milhões de contratos de trabalho para o uso de mão de obra mexicana. O programa era questionável na época, pois tinha salvaguardas para proteger os trabalhadores mexicanos que estavam dispostos a assumir trabalhos árduos de baixa remuneração; mas na prática, muitas das regras impostas eram ignoradas e os trabalhadores mexicanos sofreram na mão dos produtores que se beneficiavam da mão de obra abundante e barata. Até o final da década de 1960, o programa foi fechado, porém, posteriormente foi instituído o *Border Industrialization Program* (BIP), visando combater o desemprego gerado com o fim do *Bracero Programme* também, para impulsionar o setor manufatureiro.

2 Pertencentes a quatro Estados, sendo eles: Califórnia, Arizona, Novo México e o Texas.

3 Pertencentes a seis Estados, sendo eles: Baja Califórnia, Chihuahua, Coahuila, Nuevo León, Sonora e Tamaulipas.

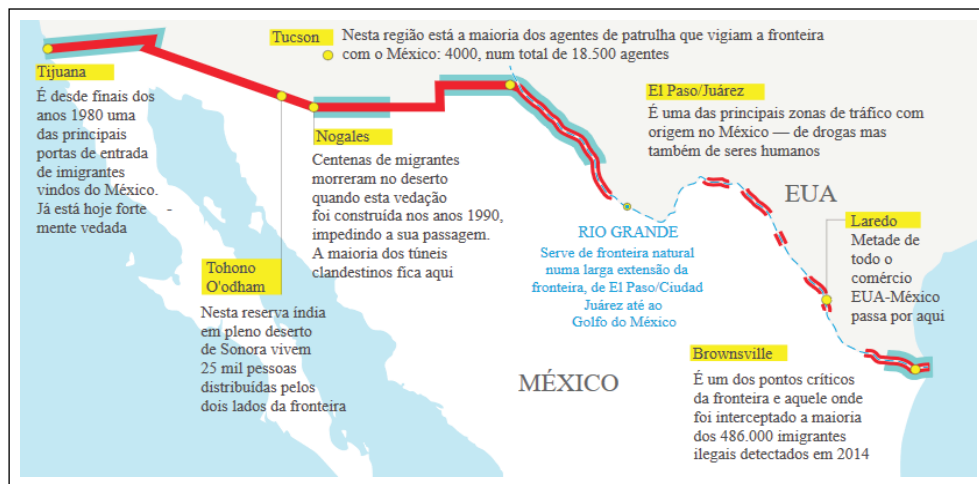


Figura 3. Mapa da fronteira dos Estados Unidos com o México.

Fonte: Adaptado de Público (2017).

da *U.S Border Patrol*, concentrando-se na fiscalização da fronteira sul com o México a fim de manter a soberania e barrar as atividades ilícitas, conforme citado no início desta seção.

À vista disso, na década de 1980 mostrou-se fundamental para fomentar longas discussões no congresso e na grande mídia norte-americana sobre a crise migratória. Desta feita, no intuito de aumentar os recursos para policiamento na fronteira, foi aprovado o *Immigration Reform and Control Act of 1986* (IRCA), que viabilizou a legalização de dois milhões de mexicanos ilegais residentes nos Estados Unidos. Quase simultaneamente, no ano de 1989, foram iniciadas as negociações para a criação de um acordo bilateral de livre comércio, que entrou em vigor em 1994, estabelecendo

um bloco econômico na América do Norte - entre Canadá, Estados Unidos e México -, o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA). Através dessa integração econômica, os objetivos do acordo são a eliminação de tarifas e barreiras comerciais, proporcionando o acesso ao mercado mexicano.

A cada dia se torna mais difícil e perigoso cruzar a fronteira⁶. Isso pois, observamos que existe, e sempre existiu, uma grande discrepância de poder entre México e Estados Unidos, que enquanto buscam estabelecer uma integração econômica através do NAFTA, possuem uma forte fronteira ideológico-cultural, de cunho não proporcional a uma integração social. Essencialmente,

6 Atenta-se ao fato de que somente em 2017, aumentou o número de migrantes que morreram na fronteira México-Estado Unidos, registrando 412 mortes (The Guardian, 2018).

5 Ver site oficial da *U.S Customs and Border Protection*: <https://www.cbp.gov/>

devido à barreira física imposta com a iniciativa do programa anti-imigração conhecido como Operação Guardião, que consistiu na criação de um muro na extensão entre Tijuana e San Diego, se estendendo posteriormente a outros pontos da fronteira⁷.

A concepção de interdependência entre as duas nações é complexa, dado que há cada vez mais certa dominação por parte dos norte-americanos nesta relação. Com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, em termos de controle migratório como um problema de segurança nacional, tornou-se ainda mais restritivo a política e estratégia de segurança, que devido a tais ataques acentuou a vigilância e securitização da fronteira. Sob essa perspectiva, em outubro de 2001, no governo de George W. Bush, foi aprovada a lei então intitulada *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act* (USA PATRIOT Act)⁸, sendo uma das grandes providências legislativas contra o terrorismo.

No início deste artigo em específico, utilizou-se da expressão “xenofobia”, contestada na soberania de cada nação a nível de identidade nacional. A partir desse entendimento, evidenciamos que o sentimento anti-imigrante fomentado

entre os mais diversos eventos e abordagens teórico-históricas, foi desenvolvido e potencializado no Estado norte-americano, desde as primeiras medidas restritivas quanto à fiscalização da fronteira durante o século XX, até os tempos mais remotos.

Essa tendência de inclusão e exclusão da nação sustentada sob o advento da imigração, desafia as articulações da territorialidade do Estado. Desta feita, a primeira mudança histórica aprovada pelo Congresso norte-americano foram os Atos de Imigração de 1921 e 1924, com o principal objetivo de restringir ainda mais a possibilidade de entrada no país, delimitando pela primeira vez limites numéricos à imigração.

Nesse passo, pela ampliação dos atos na política migratória durante a década de 1920, a imigração irregular atingiu um aumento dramático e a deportação se tornou o ponto central nas políticas legais e administrativas dos Estados Unidos. Como resultado disso, a aplicação e reforma da política de deportação resultou em um discurso político e legal de oposição, que durante a década de 1930, obteve efeitos díspares sobre europeus e canadenses, por um lado, e mexicanos, por outro lado. Acerca de tais disparidades, desde o âmbito cultural até o econômico, os mexicanos tornaram-se constitutivos de uma identidade racializada e de exclusão da comunidade social.

Com a chegada de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, a política migratória sinaliza-se como o componente central da sua campanha eleitoral, que defende abertamente através de seus discursos ofensivos

7 Ver mais em: <https://www.theguardian.com/us-news/2017/jan/25/donald-trump-sign-mexico-border-executive-order> e <https://www.jn.pt/mundo/galerias/interior/as-imagens-do-muro-que-divide-os-eua-e-o-mexico-desde-1994-5644232.html>

8 Ver site disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-107publ56/pdf/PLAW-107publ56.pdf>

a discriminação por determinadas nacionalidades - especificamente os mexicanos -, gerando, portanto, um ambiente favorável à xenofobia e ao racismo, pelo qual, podemos identificar o primeiro em duas diferentes frentes conforme exposto na primeira seção deste artigo.

A primeira leitura que podemos fazer sobre as medidas adotadas pelo seu governo, advém da construção do prometido muro pelo restante da fronteira sul. No entanto, é de suma importância destacarmos que esta nova conjuntura política é marcada pela incerteza e imprevisibilidade engendrada tanto a âmbito interno quanto externo no governo de Trump. Nesse passo, tais medidas refletem não apenas a indiferença da agenda política do governo em relação aos compromissos internacionais como também, a uma intensa oposição sem eufemismo aos direitos humanos elementares de imigrantes e refugiados.

O *slogan* de sua campanha eleitoral “*Make America Great Again*” não representa necessariamente uma ideia de excepcionalidade estadunidense, mas de um nacionalismo econômico e nacionalismo branco como elementos complementares no país norte-americano. Constata-se através dessa narrativa que sua campanha baseada em discursos e atos discriminatórios e misóginos, abrem espaço dentre parte dos cidadãos para atos de violência, acarretando em uma verdadeira identidade de ódio no país.

Em virtude da trajetória histórica apresentada nesta seção, enfatizamos os aspectos importantes do desenvolvimento da política e reforma migratória, essencialmente as primeiras

legislações mais restritivas dos Estados Unidos, respectivamente, no intuito de buscar melhor compreensão da evolução do aparato constitucional, entendidos através das práticas de controle fronteiriço durante o século XX. Assim, evidenciamos que, no bojo da guerra contra o terrorismo – como questão de segurança no pós-11 de setembro -, institucionalizou-se a imigração como questão de segurança, onde não só a fronteira é securitizada, mas também as próprias práticas políticas e serviços de inteligência.

5. Conclusão

Ao longo do artigo observamos como três temas recorrentes das Relações Internacionais entrelaçaram-se de forma ativa no continente americano a partir dos novos condicionantes migratórios regionais: fronteiras, segurança e identidade nacional. Se antes as fronteiras delimitavam a circulação de bens, pessoas e tropas, hoje servem como aparato institucional de demarcação civil, identitária e política.

No caso do Brasil, com a emergência dos novos fluxos a partir de 2010, notadamente o de caribenhos e africanos, a então política externa migratória viu-se obrigada a olhar não apenas a emigração de brasileiros, mas também prestar esforços vis-à-vis o concurso das imigrações, potencializadas justamente nas fronteiras com os menores recursos logísticos, estruturais e econômicos do Estado brasileiro, isto é, as regiões fronteiriças do Centro-Oeste e Norte do país.

Acerca do caso que trouxemos à

análise neste artigo, o dos haitianos, ficou evidente alguns fatores que se acercaram dos próprios condicionantes políticos e institucionais no Brasil, agravados pelas crises política, econômica e moral, pelas quais a sociedade brasileira enfrentou nos últimos anos. O aumento de episódios de xenofobia contra haitianos tornou, portanto, evidente a falência das instituições brasileiras na promoção dos princípios de multiculturalidade, respeito às diferenças e cidadania existentes tanto na Constituição Federal como na formação do povo brasileiro, algo que se acentuará a partir de 2018 com a eleição de um governo ultraconservador e anti-imigração e com o concomitante *boom* da imigração venezuelana, tema este que recomendamos para ser aprofundado em estudos futuros.

Provida de discursos de soberania nacional, proteção do emprego nacional e pretensas ameaças de doenças como o ebola, por exemplo, a sociedade brasileira amalgamou receios e frustrações domésticas com a chegada de novos imigrantes, sempre portadores do novo e do diferente, como coloca Seyferth (2008), e direcionou-os aos novos imigrantes, apelando também à uma pretensa identidade nacional, que historicamente é inexistente ou aquém de uma única nação brasileira.

Semelhante caso, porém, com direções contrárias, verificamos no cenário das novas migrações mexicanas rumo aos Estados Unidos, que contrariando ao sentido de supremacia norte-americana de movimentos mais conservadores da sociedade daquele país, serviram de alvo para a eleição de um presidente de extrema-direita,

conservador e anti-imigração, algo que Washington não presenciava há décadas.

Entretanto, ao contrário do Brasil, nos Estados Unidos o discurso de identidade nacional e manutenção das fronteiras contra a influência cultural externa é secular e institucionalizado, estando presente na agenda político-partidária e também na ação dos controles fronteiriços. Enquanto a Polícia Federal do Brasil cumpre a letra da lei em relação ao controle das migrações, a sua homóloga norte-americana está condicionada ao *momentum* político dominante na esfera federal.

Em caminho semelhante ao do Brasil está a Colômbia, contudo, com o fluxo de venezuelanos, que se mesclam nas categorias de refugiados e imigrantes econômicos. Inferimos que, ao contrário de Brasília, Bogotá está mais propensa à efetiva deportação de venezuelanos, ao invés de realocá-los internamente, gerando, deste modo, um efeito semelhante em países vizinhos como o próprio Brasil e o Peru.

O argumento da segurança interna parece ser mais evidente, segundo a nossa interpretação, na esfera política dos Estados Unidos, na esfera governamental da Colômbia e na esfera social do Brasil. Ou seja, o argumento de que a suposta ameaça à segurança por parte da chegada de novos fluxos migratórios se dá de forma mais visível entre os políticos norte-americanos, entre os governantes colombianos e entre a sociedade civil e o senso comum brasileiro.

No que se refere à manutenção de uma suposta identidade nacional, conceito este altamente questionado por antropólogos, sociólogos e

internacionalistas após a emergência das teorias de mundialização, no caso brasileiro a imigração surge como artifício criado por elementos mais conservadores da sociedade, ao passo em que depositam nos imigrantes as suas frustrações pessoais; no caso colombiano ela não surge como uma ameaça, mas sim como um lembrete do passado recente do país; por fim, no caso norte-americano, a imigração é a ameaça principal à imaginada identidade norte-americana.

Apesar disso, observou-se no nosso recorte temporal uma tendência à multilateralização das discussões migratórias no âmbito do continente americano, seja por meio de gestões de organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos e Organização Internacional para as Migrações, seja por meio de fóruns e encontros bilaterais, como o NAFTA, MERCOSUL e a extinta UNASUL.

Finalizamos este artigo chamando a atenção para o agravamento da crise migratória venezuelana na América do Sul, que deverá compreender não apenas Brasil, Venezuela e Colômbia, mas também outros atores regionais e internacionais, invocando além dos elementos estudados de identidade nacional e segurança doméstica outras questões, tais como democracia, estabilidade regional, imperialismo, neocolonialismo e, mais recentemente, em virtude da pandemia do COVID-19, a saúde global das migrações.

Em relação aos fluxos de haitianos, apontamos que a sua redução se tornou evidente no Brasil após a crise econômica e política de 2015, com a sua

remigração para países vizinhos e para o Canadá e França; no que se refere aos mexicanos nos Estados Unidos, além da redução da atratividade daquele país pós-Trump, as estatísticas apontam para uma diminuição no fluxo Sul-Norte e inclusive um aumento na migração de retorno no sentido Estados Unidos-México. Assim, as atenções para a questão migratória deverão centrar-se no cenário geopolítico sul-americano nos próximos anos.

Referências

- Amorim, C. (2015). *Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva*. Benvirá.
- Baeninger, R. (2016). *Imigração Haitiana no Brasil*. Paco Editorial.
- Barbosa, V. (2016, 28 jun). *As 50 cidades mais violentas do mundo em 2016*. <https://exame.abril.com.br/mundo/as-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-21-delas-no-brasil/>
- BBC. (2017, 27 abr). *8 perguntas para entender a crise na Venezuela e a convocação da Assembleia Constituinte*. <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39716719>
- Brodzinsky, S., Phillips, D., Collins, D., & Goñi, U. (2017, 17 jul). At home, we couldn't get by: More Venezuelans flee as crisis deepens. The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/2017/jul/17/venezuela-migrants-americas-leaving-home>
- Carneiro Filho, C. P. (2006). *Fronteiras Irmãs - Transfronteirizações na Bacia do Prata*. Ideograf, 2016.
- DeutscheWelle Brasil. (2018, 9 fev). Controle reforçado gera tensão na fronteira entre Colômbia e

- Venezuela. <http://www.dw.com/pt-br/controle-refor%C3%A7ado-gera-tens%C3%A3o-na-fronteira-entre-col%C3%B4mbia-e-venezuela/a-42526522>
- Durand, J. (2000). Tres premisas para entender y explicar la migración México-Estados Unidos. *Relaciones*, 21(83). http://www.colmich.edu.mx/relaciones25/files/revistas/083/pdf/Jorge_Durand.pdf
- Flores, J. R. (2008). Fronteras porosas: el Caso de México y Estados Unidos. *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública*, 6(8). 173-191. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=96060810>
- Handerson, J. (2015). *Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. UFRJ/Museu Nacional.
- Japan Times. (2015, 21 ago). Venezuelan closes Colombia border-crossing sends troops attack soldiers. <https://www.japantimes.co.jp/news/2015/08/21/world/venezuelan-closes-colombia-border-crossing-sends-troops-attack-soldiers/>
- Machado, L. O. (2000). Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, (8), 7-23.
- Manetto, F. (2019, 1 fev). Colombia asegura que Venezuela sigue siendo el refugio de la cúpula de ELN. *El País*. https://elpais.com/internacional/2018/02/01/colombia/1517446883_549854.html
- Meneghetti, L. (2018, 2 fev). Venezuela em chamas. *Istoé Dinheiro*. <https://www.istoedinheiro.com.br/venezuela-em-chamas-2/>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- Organización Internacional para las Migraciones, OIM. (2017). *Recientes tendencias migratorias extra e intra-regionales y extra-continentales en América del Sur. Informe Migratório Sudamericano*.
- Pizarro, J. & Rivera, C. (2016). *Nuevas tendencias y dinámicas migratorias en América Latina y el Caribe*. Nações Unidas.
- Rampietti, A. (2018, 1 jan). Venezuela crisis fuels crime wave in Colombia. *Al Jazeera*. <http://www.aljazeera.com/news/2018/01/venezuela-crisis-fuels-crime-wave-colombia-180131122525367.html>. Acesso em: 1 fev. 2018.
- Rincones, R. (2004). La frontera México-Estados Unidos: elementos básicos para su comprensión. *Araucaria*, 5(11). <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28211506>. Acesso em: 22 dez. 2017.
- Sanchez, R. (2018, 9 fev). International Criminal Court may investigate Venezuela. *CNN*. <https://edition.cnn.com/2018/02/08/americas/venezuela-international-criminal-court/index.html>
- Seyferth, G. (2008). Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. In Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia. http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2012/giralda%20

- seyferth.pdf
- Silva, S. A. & Assis, G. O. (2016). *Em Busca do Eldorado: O Brasil no Contexto das Migrações Nacionais e Internacionais*. Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- Smitmans, M., Hernández, L. E., & Iregui, G. (2010). Indagación sobre las causas de la escasa inmigración en Colombia. *Opera*, (10), 167-183.
- The Guardian. (2018, 6 fev). US-Mexico border migrant deaths rose in 2017 even as crossings fell, UN says. <https://www.theguardian.com/us-news/2018/feb/06/us-mexico-border-migrant-deaths-rose-2017>
- The New York Times. (2012, 15 jan). Crescimento brasileiro absorve pobres do Haiti, por enquanto. <https://veja.abril.com.br/mundo/crescimento-brasileiro-absorve-pobres-do-haiti-por-enquanto/>
- Uebel, R. R. G. (2015). *Análise do perfil socioespacial das migrações transnacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa*. UFRGS.
- Uebel, R. R. G., & Rückert, A. A. (2017). Haitianos no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do fenômeno migratório contemporâneo. *Périplos*, v. 1, n. 1, 2017, p. 92-110.
- Uebel, R. R. G., Abaide, J. P. (2017). Brazilandream: la inserción estratégica de Brasil en la América Latina como factor de atracción de los flujos inmigratorios en masa en las dos primeras décadas del siglo veintiuno. *Mediações*, 22(1), 243-269.
- Wilpert, G. (2011, 30 jun). Making Sense of Colombia-Venezuela Relations. North American Congress on Latin America (NACLA). <https://nacla.org/article/making-sense-colombia-venezuela-relations>

National identity, border control and transnational migrations: comparative studies in Brazil, Colombia and United States

Abstract: The aim of this article is to analyse the issue of international migration in three American countries, Brazil, Colombia and the United States of America, based on two dimensional questions: 1) What is the autonomy of the States in relation to the level of border control and national identity? 2) How is the border control of each country necessary to maintain internal security on economic and social ways? In that sense, a specific immigration flow was dedicated to each of the three studied countries: Haitians in Brazil, Venezuelans in Colombia and Mexicans in the United States of America. The issues of border control and national identity were also raised to understand the repercussions of these migratory phenomena in the hosting countries.

Keywords: migrations, borders, Brazil, Colombia, United States.

Resumo biográfico

Roberto Rodolfo Georg Uebel

Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS) e Professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA). Pesquisador dos grupos de pesquisa Laboratório Estado e Território (LABETER/UFRGS/CNPq) e Novos Polos de Poder e a Política Internacional (ESPM-POA/CNPq).

Natascha Elizal de Prola Ramos

Bacharela em Relações Internacionais (UNIRIT*TER). Pesquisadora do Núcleo de Apoio e Assessoria a Refugiados e Imigrantes (NAARI/UNIRIT*TER).

Henrique Berbigier Omegna de Souza

Bacharel em Relações Internacionais (UNIRIT*TER). Pesquisador do Núcleo de Apoio e Assessoria a Refugiados e Imigrantes (NAARI/UNIRIT*TER).

Como citar

Uebel, R. R. G., Ramos, N. E. P. & Souza, H. B. O. (2020). Identidade nacional, controle fronteiriço e migrações transnacionais: estudos comparados no Brasil, Colômbia e Estados Unidos. *Revista MERCOSUR de políticas sociales*, 4, 104-138. <https://doi.org/10.28917/ism.2020-v4-119>